

## **A Praça Sete de Setembro (Belo Horizonte/MG) como o espaço de voz e de ação da população:**

Subversão à ordem, luta pelo direito à cidade e expressão dos conflitos urbanos

### **RESUMO**

A partir do capitalismo e acentuado pelo neoliberalismo, o espaço urbano é produzido por uma classe e uma ordem hegemônica, intensificando as contradições sociais e os conflitos urbanos. Os conflitos urbanos expressam o descontentamento da sociedade, revelando-se a partir das manifestações coletivas, que acontecem, sobretudo, no espaço público. O objetivo do trabalho é investigar a Praça Sete de Setembro, localizada em Belo Horizonte (MG), como o lugar de subversão à ordem hegemônica, de luta pelo direito à cidade e de expressão dos conflitos urbanos. Os conflitos urbanos expressos pelas manifestações coletivas na Praça Sete de Setembro são analisados a partir da coleta de dados do Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte. Ao analisar a trajetória histórica e as manifestações coletivas realizada na praça, entende-se que a Praça Sete é um lugar de caráter público e político, da festa, da vitalidade urbana, da subversão à ordem, da luta pelo direito à cidade e da expressão dos conflitos urbanos.

Palavras-Chave: Conflitos urbanos. Manifestação coletiva. Subversão. Direito à cidade.

### **INTRODUÇÃO**

A partir do capitalismo e acentuado pelo neoliberalismo, o espaço urbano é produzido por uma classe e uma ordem hegemônica, intensificando as contradições sociais e os conflitos urbanos. Os conflitos urbanos expressam o descontentamento da sociedade, que se revela a partir das manifestações coletivas, como forma de subversão à ordem e de luta pelo direito à cidade, que visa à transformação da vida urbana. A vida urbana e as manifestações coletivas acontecem, sobretudo, no espaço público.

Entende-se por conflito urbano todo e qualquer confronto ou litígio relativo à infraestrutura, serviços ou condições de vida urbanas, que envolva, pelo menos, dois atores coletivos e/ou institucionais (inclusive o Estado) e manifeste-se no espaço público (vias públicas, meios de comunicação de massa, justiça, representações frente a órgãos públicos, entre outros), conceito definido pelo Observatório Permanente de Conflitos Urbanos do Rio de Janeiro, pesquisa coordenada pelos professores Carlos Vainer e Henri Acselrad, do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN) do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Em geral, os conflitos urbanos são compreendidos como respostas da população à complexidade da vida nas cidades e às inúmeras questões

relacionadas à falta de qualidade de vida e à precariedade dos espaços urbanos. Destacam-se algumas recorrentes demandas, problemas históricos na realidade brasileira: segurança, moradia, transporte, educação, saúde, acesso ao espaço público, entre outros.

As manifestações coletivas são a expressão dos conflitos urbanos e têm a cidade como espaço e objeto dos seus protestos. Os movimentos sociais, os ativistas, os profissionais da mesma área, os sindicatos, entre outros expressam as suas reivindicações e as suas contestações nas manifestações no espaço público, por meio de passeatas, de protestos em frente as edificações ou nas praças, de fechamento de vias, entre outras formas de ação.

Como expressão dos conflitos urbanos, as manifestações coletivas podem ser associadas às ações coletivas de confronto político, pois consistem em uma ação política que desafia as autoridades, em geral, em um confronto direto com o Estado. Além disso, tem caráter contestatório e/ou reivindicatório, muitas vezes, por demandas não atendidas pelo Estado, como o direito à moradia, à educação, ao transporte, entre outros, ou seja, o direito à cidade.

O conceito de direito à cidade surge em 1968, definido por Lefebvre, como o direito “à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais” (LEFEVRE, 2008, p. 139). O direito à cidade é um apelo e uma exigência para a transformação e para a renovação da vida urbana, quando ocorre a realização prático-sensível do “urbano”, do lugar de encontro, da prioridade do valor de uso (LEFEVRE, 2008).

Segundo Lefebvre (2008), somente a classe operária pode tornar-se o agente dessa realização do “urbano”, pois é a única que nega e debate a estratégia de classe voltada contra ela. Além disso, a classe operária reúne os interesses da sociedade que habita a cidade, já que “os moradores do Olimpo e a nova aristocracia burguesa não habitam mais” (LEFEVRE, 2008, p. 118).

Em tempos recentes, o conceito de direito à cidade vem sendo ressignificado por vários autores. Harvey (2014), assim como Lefebvre, escreve que o direito à cidade é uma queixa e uma exigência. Uma queixa da crise devastadora da vida cotidiana na cidade e uma exigência para a criação de uma vida urbana alternativa que seja menos alienada, “mais significativa e divertida, porém, como sempre em Lefebvre, conflitante e dialética, aberta ao futuro, aos embates (tanto temíveis como prazerosos), e à eterna busca de uma novidade incognoscível” (HARVEY, 2014, p. 11).

Harvey (2014) aponta que reivindicar o direito à cidade é uma estação intermediária na estrada que visa a derrubar e a substituir a totalidade do sistema capitalista de acumulação infinita, assim como suas estruturas relacionadas ao domínio da classe hegemônica e à exploração da classe subordinada.

O espaço público apresenta-se como o local da luta pelo direito à cidade, mas também é o próprio objeto de reivindicação pelo direito à cidade, pois é nele que se manifesta a vitalidade urbana.

A vitalidade urbana pressupõe um complexo de relações, desejos, pulsões, trocas e necessidades sociais que se superpõem e se mesclam. Para Lefebvre (2008, p.105), as necessidades sociais têm um fundamento antropológico e compreendem “as necessidades de unidade e de diferença, de

isolamento e de encontro, de trocas e de investimentos, de independência (e mesmo de solidão) e de comunicação”. O ser humano tem necessidade de acumular e de gastar energias, de ver, de ouvir, de tocar, de degustar, e a necessidade de reunir essas percepções (LEFEBVRE, 2008).

Além dessas necessidades antropológicas, acrescentam-se necessidades específicas, que tratam “de uma atividade criadora, de obra (e não apenas de produtos e de bens materiais consumíveis), necessidades e informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas” (LEFEBVRE, 2008, p. 105). Lefebvre (2008) completa que as necessidades urbanas específicas seriam necessidades de lugares qualificados e de lugares de simultaneidade e de encontros. Esses lugares são os espaços públicos, onde ocorrem as relações sociais e as atividades lúdicas.

O espaço público é o lugar apropriado à festa renovada, “essencialmente ligada à invenção lúdica” (LEFEBVRE, 2008, p.131). Os espaços lúdicos (e públicos) podem ser articulados, acentuando-se as diferenças e os contrastes, impulsionando na direção da qualidade que implica e sobre determina as quantidades (LEFEBVRE, 2008). No espaço público ocorre a vitalidade urbana: o movimento, o imprevisto, o possível e os encontros. Nesse contexto, o valor de uso, subordinado ao valor de troca durante séculos, pode retomar ao primeiro plano. Segundo Lefebvre (2008, p. 12), o espaço público é o lugar apropriado para a festa “que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro”.

O espaço público, portanto, é o palco da vitalidade urbana e das manifestações coletivas, o local do exercício da cidadania e da vida pública, como forma de luta pelo direito à cidade e de expressão dos conflitos urbanos.

Os conflitos urbanos e as contradições sociais são consolidados e enfatizados pela imposição da ordem hegemônica na produção do espaço no contexto neoliberal, já que o modelo de planejamento urbano é excludente.

Instituídos gradualmente, os conflitos urbanos representam o descontentamento da população, que se manifesta progressivamente no espaço público, reivindicando os seus direitos. Na tentativa da ordenação e da negação do conflito pela classe hegemônica, as manifestações, que contestam e explicitam o próprio conflito, aumentam.

Ou seja, as ações coletivas de contestação e de reivindicação surgem das contradições socioespaciais. As populações atingidas, as organizações comunitárias e os movimentos sociais visam resistir ao projeto de cidade que lhes vem sendo imposto e lutar pelos seus direitos:

As práticas de acumulação por desapropriação, apropriação de rendas, pela extorsão de dinheiro e vantagens, encontram-se no âmago de muitos dos descontentamentos que se relacionam às qualidades da vida cotidiana da massa da população. Os movimentos sociais urbanos costumam mobilizar-se em torno dessas questões, que decorrem do modo como a perpetuação do poder de classe se organiza em torno do estilo de vida e do trabalho (HARVEY, 2014, p. 231).

Destaca-se que os conflitos urbanos são considerados importantes por contribuírem para a vitalidade urbana e para a leitura das cidades. Os conflitos

urbanos permitem o conhecimento da realidade urbana e da dinâmica social, revelando as desigualdades socioespaciais.

O estudo da conflitualidade da cidade oferece subsídios para o processo de planejamento urbano e para a elaboração de políticas públicas, pois aponta as demandas expressas nas manifestações coletivas. Segundo o Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte (2013), as análises dos conflitos podem produzir informações precisas sobre a distribuição dos equipamentos e dos serviços urbanos, fornecendo, assim, um quadro objetivo da desigualdade urbana e das carências dos moradores.

O objetivo do trabalho é investigar a Praça Sete de Setembro, localizada em Belo Horizonte (MG), como o lugar de subversão à ordem hegemônica, de luta pelo direito à cidade e de expressão dos conflitos urbanos. Para isso, serão analisadas a trajetória histórica e as manifestações coletivas realizadas nesse espaço público.

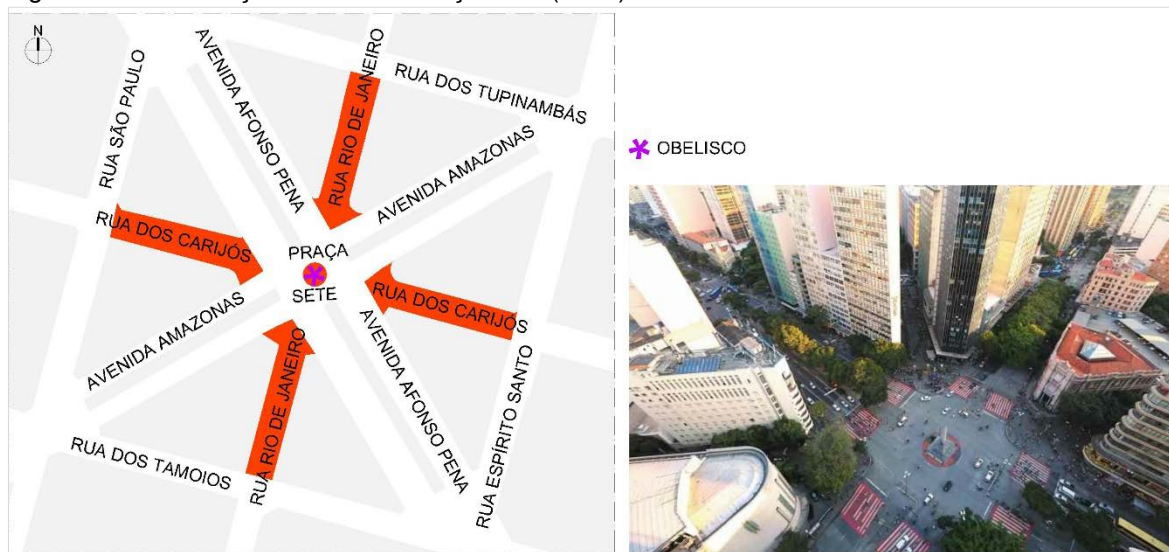
Os procedimentos metodológicos adotados tratam de pesquisa de caráter qualitativo e exploratório, sendo realizados a revisão bibliográfica e a pesquisa documental. As manifestações coletivas que expressam os conflitos urbanos da Praça Sete de Setembro foram analisadas a partir da coleta de dados do Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte, no período de abril de 2006 a dezembro de 2019.

A Praça Sete de Setembro propicia a realização das manifestações coletivas, que expressam os conflitos urbanos e são forma da subversão à ordem e da luta pelo direito à cidade. A trajetória histórica e as manifestações coletivas nesse espaço público serão examinadas desde a sua implantação.

Talvez não haja em Belo Horizonte lugar tão popular e conhecido como a praça Sete. Diz-se comumente, na linguagem coloquial dos moradores: “Perto da praça Sete, a dois quarteirões da praça Sete”. Subvertendo a própria estrutura espacial, a apropriação pelos moradores transformou uma não-praça em uma praça, e mais, em legítimo espaço público. Posteriormente, o fechamento para veículos de quatro quarteirões que nela terminavam veio conferir-lhe esse sentido de lugar de estar, de lazer e de encontro (ANDRADE, 2007, p. 119).

A Praça Sete de Setembro, localizada no Bairro Centro de Belo Horizonte, é formada a partir do cruzamento das avenidas Amazonas e Afonso Pena com as ruas Rio de Janeiro e Carijós (Figura 01).

Figura 1 – Localização e vista da Praça Sete (2020)



Fonte: Elaborado pela autora com base em BELO HORIZONTE, 2020; BELOTUR, 2019.

Desde suas origens, a Praça Sete de Setembro apresenta o caráter de espaço comercial e de circulação de pessoas e veículos, assemelhando-se mais ao aspecto da “rua” do que da “casa”.

A Praça simboliza a dimensão pública, apesar da sua conformação física não caracterizá-la como praça. A Praça Sete tornou-se um espaço público de referência simbólica, política e cultural para a população belo-horizontina: “por sua centralidade, mas também pelo uso que lhe conferiu a população, transformou-se na própria arena pública da urbe” (ANDRADE, 2007, p. 119). A apropriação da Praça pela população expressa a subversão ao planejado à ordem.

### **PRAÇA DO ENCONTRO: ESPAÇO DA DIVERSIDADE SOCIAL**

No plano de Aarão Reis de 1897 para a cidade de Belo Horizonte, de acordo com Andrade (2004), a Praça Sete, inicialmente denominada Praça Doze de Outubro, era conformada pelo vazio urbano do cruzamento da Afonso Pena com a Amazonas. O desenho da Praça seguia a tendência dos locais situados na convergência de avenidas ortogonais com ruas diagonais, seguindo os princípios do modelo de urbanismo progressista.

Comparada às demais praças projetadas, como a Praça da Liberdade, a Praça Sete não tinha uma função institucional ou arquitetura notável, o que a tornava pouco expressiva na época (Figura 02).



Figura 2 – Praça Sete em 1905 (ainda Praça 12 de Outubro)



Fonte: FREITAS, 2006, p. 60.

Segundo Andrade (2007), a Praça foi planejada mais como espaço estruturante e simbólico do que de estar e, por ser um cruzamento estratégico, tornou-se um local de convergência, logo denominado praça. Considerando as praças como espaços livres de estar e de lazer, a rigor, a Praça Sete não seria praça, mas sua denominação oficial foi assimilada pela população.

Situada no bairro comercial de Belo Horizonte, Centro, o entorno da Praça era ocupado por diversas atividades. Segundo Lemos (2010), o Centro tinha a sua organização ancorada pela Estação Ferroviária e pelo Mercado Municipal.

O bairro Centro foi ocupado por atividades de moradia, comércio de diversas modalidades, pequenas fábricas, edifícios institucionais e públicos e espaços de entretenimento e lazer. Na sua condição primordial, a área do bairro Comercial, regida pela Avenida Afonso Pena e pela Rua da Bahia, congregava atividades de pequeno e médio porte que atendiam as demandas tanto dos grupos menos ou pouco privilegiados quanto dos abastados. No entanto, a despeito de sua importância, o Bairro Comercial não recebeu serviços institucionais voltados para abrigar as mais importantes instâncias do poder (LEMOS, 2010, p. 29-30).

A Praça Sete é apropriada por uma diversidade social por meio de variadas atividades, como o encontro, o comércio e a manifestação. Santos (2002, p. 60) relata a ocorrência de atos em 1912, “quando se manifestam grevistas pedindo a redução da jornada de trabalho para oito horas, a Praça Sete continua sendo a tribuna maior da capital mineira”. Para Lemos (1988), o bairro Centro, sobretudo a Praça Sete, é um espaço tradicional de luta política:

O centro se reafirmou como lócus da discussão, da manifestação e da propaganda política. Havia grande participação popular nos comícios que se realizavam no centro. Seu espaço, mais uma vez, funcionou como polo centralizador de pessoas e atividades, passando a constituir um lugar privilegiado de troca e divulgação de ideias. A capacidade do centro de transmitir e divulgar imagens e ideias está diretamente relacionada à capacidade do seu espaço de concentrar atividades e pessoas. Nesse sentido, consolida-se como lócus ideal para o intercâmbio de ideias, palco e cenário de conflitos e tensões políticas (LEMOS, 1988, p. 212).

Na década de 1920, no núcleo central e em torno da Praça Sete, em particular, são implantadas as primeiras sedes bancárias mineiras juntamente com um comércio expressivo (BELO HORIZONTE, 1989).

Em 1922, a Praça foi reestruturada, incluindo a mudança no nome, alterado para o atual, em comemoração ao centenário da independência do Brasil. Um monumento foi construído no centro das avenidas, configuração espacial que funcionaria como rotatória, para ordenar o nascente tráfego de veículos e abrigar o obelisco comemorativo. O obelisco, denominado pela população de “pirulito”, foi concluído em 1924 e consistia de uma pedra de granito de oito metros de altura e vinte toneladas de peso, localizado no centro da Praça (FREITAS, 2006). A centralidade linear da Avenida Afonso Pena planejada por Aarão Reis era alterada para uma pontual e radial na Praça Sete.

A instalação do obelisco já demonstra o sentido de centralidade simbólica que a área desempenhava para determinados grupos, já nas primeiras décadas do século XX (BELO HORIZONTE, 1989).

Como centralidade de Belo Horizonte, a Praça Sete é o lugar da experiência cotidiana, vocacionada a receber os diferentes grupos, valores e estilos de vida. Na Praça havia o tempo do ócio e das sociabilidades, representados pelos passeios dominicais, pelos encontros amorosos e pelos flertes (LEMOS, 1988). O obelisco reforça a função central da Praça, local da vida urbana, dos encontros e das festas, o espaço era público (Figura 03).

Figura 3 –II Congresso Eucarístico: Comunhão dos Homens na Praça Sete (1936)



Fonte: MAGALHÃES, 2008, p. 60

Em meados da década de 1930, o Centro transforma-se pela substituição das antigas casas térreas por novos edifícios, mais altos. Nesse momento, o entorno da Praça Sete de Setembro impõe-se ainda mais como centralidade. Por estar localizado no cruzamento das duas principais vias da cidade, além de estar próximo à área onde se instalam os primeiros serviços públicos, a Praça Sete torna-se a principal referência simbólica e econômica na espacialidade da capital. É ali que será construído o principal abrigo de bondes do Centro – importante fator centralizador e indutor de atividades – além de instituições financeiras e outros serviços (BELO HORIZONTE, 1989).

De acordo com Freitas (2006), em 1937, ocorre a transferência do abrigo de bondes e a instalação da “circular permanente” de todos os bondes ao redor do obelisco. O bonde que circulava na praça formava um anel em torno do obelisco e as pessoas andavam por esse largo (Figura 04).

Figura 4 – Cartão-postal da Praça Sete de Setembro (1946) - José Teixeira, fotógrafo e editor.



Fonte: ANDRADE, 2007, p. 115.

A partir da implantação do abrigo e da “circular” dos bondes, a Praça tem novos usos e é frequentada por usuários de diversas classes:

Pessoas vindas do alto da avenida Afonso Pena de passagem, ou de bairros da zona suburbana, tais como Santa Tereza e Floresta para comprar ou vender, por exemplo, ou indo a trabalho para Contagem, ou mesmo a trabalho no próprio centro dão forma e conteúdo social ao sentido que a praça vai tomando, apesar das tentativas do Estado de controlar não só o desenho da Praça, mas também o modo de usá-la, educando os cidadãos através de regulamentações sobre o modo de se vestir e portar, via decretos como a das posturas municipais, datadas de 1925 (CANUTO, 2005, p. 79).

A centralidade na Praça Sete é reforçada, apesar da tentativa do Estado em ordenar o uso e a apropriação dos espaços públicos, pela mídia, pela repressão e pela lei (BELO HORIZONTE, 1925). A Praça é o espaço da diversidade social e da vida urbana.

### **PRAÇA “MODERNA”: ESPAÇO PLANEJADO PARA OS AUTOMÓVEIS**

A partir da década de 1940, a instalação da Cidade Industrial em Contagem, o processo de verticalização e a intensificação das atividades do setor financeiro do centro alteram a dinâmica espacial do local. A Avenida Amazonas tornou-se a principal artéria que ligava o terminal ferroviário de Belo Horizonte à Cidade Industrial e, “dali, continuando até o mercado nacional: São Paulo” (MONTE-MÓR, 1994, p.16). Assim, a Praça Sete adquiria uma nova centralidade e simbolismo, sendo reafirmada como o “coração vital” de Belo Horizonte e se constituindo em um “centro regional” (MONTE-MÓR, 1994, p. 17).

Nesse contexto da industrialização, de acordo com Lemos (1988), o Centro comercial, já caracterizado como lugar do intercâmbio, passa a se estruturar como polo financeiro, onde são implantados os bancos, especialmente no entorno da Praça Sete. A movimentação em torno dos bancos cria uma efervescência própria no lugar, definindo seu cotidiano. Santos (2002, p. 149) completa que a cidade é impulsionada pelo horário bancário, que “(...) modula os ritmos de atividade em outros ramos da vida econômica”. Por concentrar as sedes dos bancos, a Praça Sete torna-se o principal lugar para a manifestação dos trabalhadores, principalmente os bancários (MAGALHÃES, 2008).

A Praça Sete também era palco de manifestações a partir do Estado, como o movimento denominado ‘pirâmide metálica’: os moradores belo-



horizontinos doaram os mais variados metais, formando uma pirâmide dos mesmos, que seriam derretidos e transformados em armas para a luta do Brasil na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial. O jornal publicou “Metais que se transformarão em armas para a defesa do Brasil: A ‘pirâmide metálica’ de Belo Horizonte, ontem inaugurada pelo prefeito Juscelino Kubistchek, está recebendo contribuição de toda sociedade” (CANUTO, 2005, p. 79). O Estado promovia a Praça como espaço de manifestação pública e apoio à Pátria (Figura 05).

Figura 5 – Pirâmide Metálica na Praça Sete (1943)



Fonte: MAGALHÃES, 2008, p. 100.

Além do Estado, as manifestações também ocorreram pelos trabalhadores. Segundo Magalhães (2008), durante a greve em 1946, os bancários ocuparam as ruas por dezenove dias, quando uma diversidade de atividades tomou a Praça Sete, como as passeatas.

Para o incentivo industrial, as avenidas são desobstruídas para o tráfego e escoamento da produção. Nas décadas de 1950 e 1960, o sistema de bondes é desativado, os abrigos e trilhos, assim como o obelisco, são retirados da Praça Sete. O obelisco é transferido em 1962 para a região da Savassi (Figura 06), já que as atividades comerciais que atenderiam à classe de alta renda são deslocadas para ali, sendo criado um subcentro (LEMOS, 1988).

Figura 6 –O obelisco na Savassi e a Praça Sete sem o monumento (1974)



Fonte: FREITAS, 2006, p. 62.

A transferência do obelisco do Centro para a Savassi, segundo Freitas (2006), foi um duro golpe à monumentalidade da Praça Sete e de todo o bairro e promoveu um desequilíbrio favorável à funcionalidade das intervenções seguintes, que buscavam anular a socioespacialidade e priorizar a circulação de automóveis.

Ainda com o propósito de converter o Centro em um lugar eminentemente de circulação e com o discurso de progresso, em 1963, as árvores ficus são retiradas da Praça Sete e da Avenida Afonso Pena (FREITAS, 2006).

A transferência do comércio sofisticado e do obelisco para a Savassi, a retirada dos ficus da Avenida Afonso Pena e da Praça e a prioridade à circulação dos automóveis no Centro mostram que o Estado pretendia transformar Belo Horizonte em uma cidade moderna e monumental. Essas iniciativas irão descaracterizar a paisagem e gerar a insatisfação de determinados segmentos da sociedade, como se verifica no depoimento de Afonso Romano de Sant'Anna:

Ao processo de expansão e renovação do centro nos anos 60 se integra um processo de deterioração e também de descentralização. A deterioração vai acelerar a descentralização, pois tanto os serviços mais sofisticados como os grupos de alto poder aquisitivo vão procurar espaços menos conurbados para a implantação dos seus interesses. A degradação do meio ambiente do centro torna-se mais evidente com a derrubada das árvores da Avenida Afonso Pena em 1963. 'Foi uma tragédia, uma desolação e o que ficou foi um vazio. Não havia nem a sensação de modernidade, progresso, procurada' (SANT'ANNA *apud* LEMOS, 1998, p. 265).

As tentativas de transformar Belo Horizonte em uma cidade moderna e progressista, em geral, não foram consentidas pela população. O Centro foi transformado para atender a circulação dos automóveis, predominantemente exclusivos da classe dominante, o que revela o caráter excludente do planejamento urbano.

Na mesma lógica progressista, no início da década de 1960, a Praça Sete passa ainda por sua mais radical reestruturação, abrigando outro monumento (Figura 07), que assumia a função de rotatória. O monumento ostentava em bronze a figura de quatro pessoas ilustres da cidade: Aarão Reis, Augusto de Lima, Afonso Pena e Bias Fortes. A "rotatória" não possuía equipamentos de permanência e era utilizada pelos pedestres para encurtar a distância ao atravessar o cruzamento. A intervenção foi retirada no início da década de 1970 e as quatro esculturas de bronze foram transferidas para o Parque Municipal (FREITAS, 2006).

Figura 7 – Monumento implantado na Praça Sete (década de 1960)



Fonte: FREITAS, 2006, p. 63.

Apesar de ser planejada como rotatória para atender a circulação de automóveis, o espaço é utilizado como passagem e cruzamento pelos pedestres, pelo contrauso. Os usuários do entorno da Praça Sete alteram a sua função

prevista: o convívio e a permanência dos pedestres são mantidos, como forma de subversão à ordem.

Lemos (1998) relata que, no final da década de 1960, a Praça Sete ficou descaracterizada com o aumento da circulação viária. De acordo com Magalhães (2008), as manifestações ocorridas na Praça causavam engarrafamentos, gerando descontentamento dos usuários de transporte coletivo e de veículos particulares. O espaço era visto com duas funções: de circular para os não manifestantes e de protestar para os manifestantes. Por causar incômodo, os protestos são questionados e o Estado implanta medidas, como a repressão policial, para contê-los e ordenar o espaço de acordo com a função planejada (circulação motorizada). A contenção do poder público não cessa os movimentos, que expressam a subversão à ordem e à repressão. Magalhães (2008, p. 101) confirma que a “Praça era o espaço de iniciação daqueles que queriam questionar o sistema”.

O período de 1961 a 1964, segundo Le Ven e Neves (1996), foi um dos mais marcantes em termos de manifestações no centro da cidade. Em 1961, os operários da fábrica têxtil fizeram a passeata das “panelas vazias” no centro e os bancários, em número de 14.000 na época, deflagraram uma greve que ocupou o centro da cidade, fazendo piquetes. Os autores (1996) confirmam que nesses anos:

respirava-se, enfim, um ar novo e alimentava-se de uma esperança coletiva. Alunos e alunas dos colégios, com seus uniformes vistosos dos “Anos Dourados”, enfeitavam a rua dentro da “revolução dos costumes”. Trabalhadores e suas organizações manifestavam-se publicamente no centro de Belo Horizonte. Diversos eventos de dimensão local e nacional levavam à inquietação a “Tradicional Família Mineira” (LE VEN; NEVES, 1996, p. 88).

O espaço era polarizado: de um lado, os trabalhadores reivindicavam seus direitos; e, de outro, as mulheres da classe média, em nome de Deus, da Pátria e da Família, promoveram demonstrações como a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” (LE VEN; NEVES, 1996, p. 90). Eram evidentes os conflitos entre as forças conservadoras e os movimentos sociais nas décadas de 1960 e de 1970. O período era marcado por intenso movimento de manifestações sobretudo dos trabalhadores, e, paralelamente, a atuação do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e dos movimentos conservadores demonstrava que a Praça Sete não estava tão aberta assim, sobretudo porque a repressão era considerada certa (MAGALHÃES, 2008).

De acordo com Magalhaes (2008), depois do Golpe Militar, a Praça Sete tornou-se ainda mais interditada, somente vindo a ocorrer ali algumas manifestações, por vezes esparsas, como a dos estudantes e do movimento sindical, em 1968. Le Ven e Neves (1996, p. 91) atestam que os movimentos dos metalúrgicos e seu sindicato em 1968, que contestavam a política salarial, são considerados “até hoje o símbolo não só da resistência ao golpe de 64, mas do nascimento de uma nova semente no movimento operário, pois ousaram transgredir a ordem vigente”.

No período de 1940 a 1970, a apropriação da Praça Sete contraria o planejado, de acordo com os ideais progressistas e com a ordem e a repressão do Estado. A Praça “moderna”, mesmo planejada para os automóveis e

descaracterizada pela retirada das árvores e pela transferência do obelisco e do comércio sofisticado para a Savassi, continua sendo o lugar da socioespacialidade e da vitalidade urbana. A restrição para as manifestações na Praça é contestada com os próprios movimentos. As dimensões pública e política da Praça Sete são consolidadas pelo cotidiano, pelas manifestações e pelas relações sociais pré-existentes.

## **PRAÇA IDEALIZADA: ESPAÇO PARA A APROPRIAÇÃO ORDENADA**

Na década de 1970, a Praça Sete é reestruturada (Figura 08), quatro dos seus oito cruzamentos são fechados e destinados exclusivamente para o tráfego de pedestres, incorporando as ruas laterais ao espaço original e configurando o que atualmente se identifica como conjunto da Praça Sete (FREITAS, 2006).

Figura 8 – Fechamento dos quarteirões do entorno imediato da Praça Sete (década de 1970)



Fonte: FREITAS, 2006, p. 63.

Canuto (2005) aponta que o fechamento dos quarteirões consolidou o espaço como local de manifestação pública reconhecida pela figura do Estado. Esses quarteirões são concebidos para uma apropriação determinada e controlada pelo Estado, já que a centro da Praça Sete é dominado pelo fluxo de veículos, portanto deveria ser utilizado apenas como passagem pelas pessoas. Apesar de a tentativa de controle do espaço pelo Estado, de acordo com Nascimento (2017), os quarteirões fechados abrigaram diversos grupos sociais, que utilizam o lugar até hoje.

Segundo Nascimento (2017), em 1977, o Pirulito foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), como monumento comemorativo do centenário da independência do Brasil. Em 1980, o Pirulito retornou ao seu lugar de origem.

De acordo com Magalhães (2008), no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, no fim do Regime Militar, a Praça começa, timidamente, a ser (re)ocupada por manifestantes. No clima da abertura política e a partir das intervenções da Oposição Sindical Bancária, a partir de 1979, os bancários voltaram a se manifestar. O sindicato passa a levar cada vez mais em conta as manifestações de rua como parte do seu repertório de ações, sobretudo na Praça Sete, como a manifestação em 1989 (Figura 09).



Figura 9 – Manifestação do Sindicato bancário na Praça Sete (1989)



Fonte: MAGALHÃES, 2008, p.108.

Le Ven e Neves (1996) confirmam a retomada da manifestação dos excluídos do Estado no espaço público:

Retomando a tradição, as ruas de Belo Horizonte foram ocupadas por todo tipo de trabalhadores que não tinham sido convidados a tomar parte no “milagre econômico” e no planejamento tecnocrático. O ano de 1979 foi um momento de “catarse” que reavivou a memória e construiu símbolos, presentes até hoje, no imaginário dos movimentos coletivos dos trabalhadores. Foi a reconquista da cidadania (LE VEN; NEVES, 1996, p. 95).

Era o momento da retomada das lutas sociais, combinando-se também ao resgate do espaço público e da cidadania, apesar de a tentativa de controle do Estado pelo desenho urbano.

Nascimento (2017, p. 3) relata que, a partir da década de 1980, pelo abandono do Centro pelas elites e pela sua transformação em lugar de passagem da classe de baixa renda, a imagem do Hipercentro é de decadência, criando um “estigma de espaço sujo, perigoso, mal frequentado e que necessita de ordenação”. Assim, no final da década de 1980, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte criou políticas de intervenção no hipercentro, buscando a sua revalorização como principal centralidade:

As propostas, mesmo que com diferentes leituras do espaço, apresentavam pontos que deveriam ser contemplados, como a criação de espaços livres, o realce das edificações de interesse histórico, a melhor distribuição dos equipamentos urbanos, a manutenção das árvores e a execução de uma iluminação que acentuasse as fachadas dos edifícios e melhorasse a segurança. Após inúmeras discussões e sugestões de adequações, o projeto foi aprovado, sendo as obras iniciadas em 2002 e concluídas em setembro de 2003 (NASCIMENTO, 2017, p. 5).

As intervenções urbanas, segundo Nascimento (2017), foram limitadas à execução de mobiliário urbano, à recuperação de passeios e à mudança na pavimentação. Magalhães (2008, p. 80) acrescenta que no quarteirão da Rua Rio de Janeiro foi implantado um anfiteatro, um largo central e uma tribuna para as manifestações, “legítimas instalações para grandes concentrações de pessoas”.

A espacialização das manifestações em um mobiliário urbano e em um quarteirão fechado específico ilustra a tentativa de controle e organização das

manifestações públicas pelo poder público. Magalhães (2008, p. 80) aponta que, em entrevista a alguns sindicalizados bancários, esses contestaram a regulamentação, argumentando que a “manifestação não pode ser conduzida externamente, ou seja, pelo poder público inaugurando-se o lugar do “proteste aqui!”, uma maneira de domar as potencialidades criadoras contidas nos movimentos”.

Magalhães (2008) ainda aponta que alguns entrevistados criticaram as exigências de alvarás para a circulação do carro de som ou para a permanência em ato público, que pode ser considerada uma tentativa de o poder público dificultar a realização das manifestações públicas. Além disso, as intervenções culturais na rua pelos artistas também são limitadas.

Ao contrário do planejado, o conjunto da Praça Sete mantém a sua característica intrínseca de lugar da ação política e da diversidade social, apropriada por contrausos:

As intervenções ocorridas na Praça Sete em 2003 não resultaram em um espaço de exclusão: ao contrário, os novos espaços possibilitaram não somente a permanência de determinados grupos, mas a chegada de outros, o que é inerente à própria dinâmica urbana (NASCIMENTO, 2017, p. 5).

As dimensões pública e política da Praça Sete permanecem, mesmo com as tentativas de controle do poder público. A Praça Sete é o espaço exemplar da vida urbana e da subversão à ordem, expressa pelas manifestações públicas.

## **PRAÇA DA AÇÃO POLÍTICA: PALCO DAS LUTAS URBANAS**

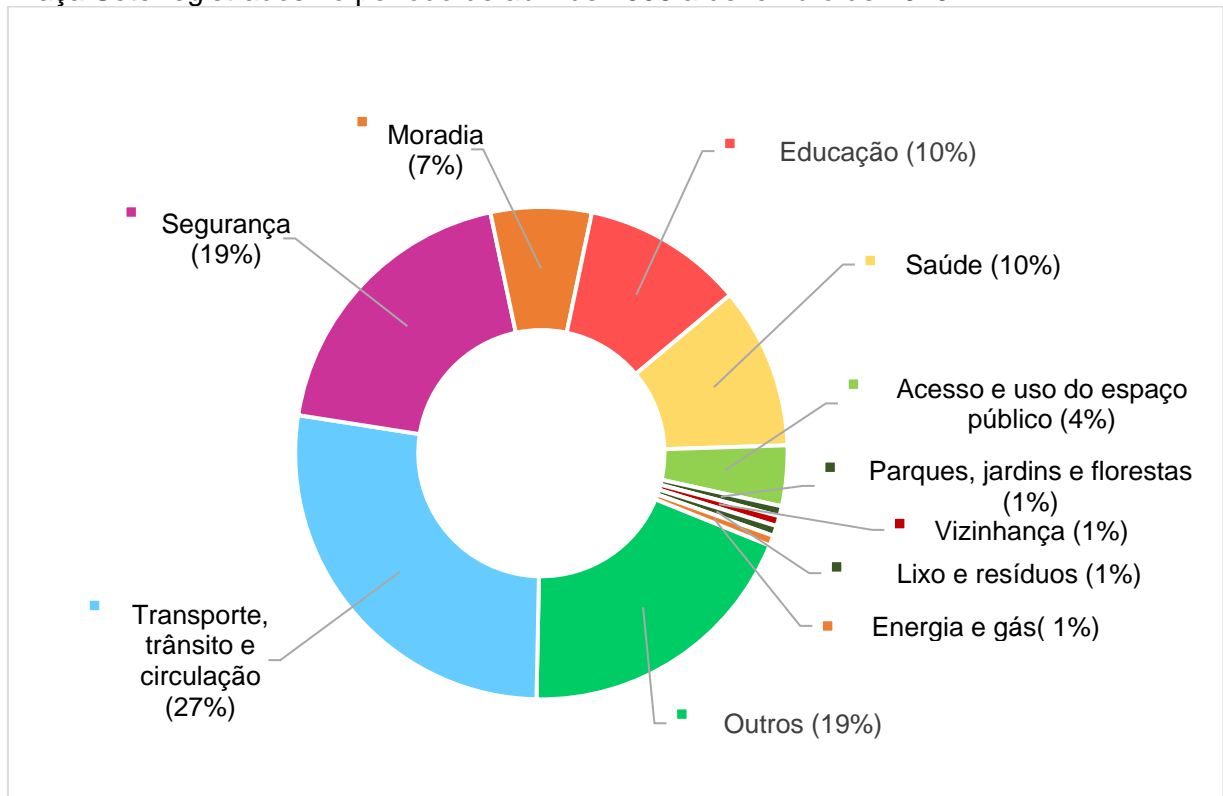
Conforme registro do Observatório de Conflitos Urbanos, no período de abril de 2006 a dezembro de 2019, das manifestações coletivas nas praças de Belo Horizonte, 43% aconteceram na Praça Sete.

Dessas manifestações, 27% questionam o transporte, o trânsito e a circulação, principalmente o valor das passagens do transporte coletivo, e 19% a segurança, relacionada à violência (crimes como homofobia), ambos direitos sociais previstos pela Constituição Federal de 1988. Também 19% das lutas têm como objeto “outros”, que se referem a mais de uma questão reclamada, que contestam, por exemplo, a PEC 241<sup>1</sup> ou os gastos com a Copa do Mundo, que afetam a saúde, a educação, o transporte, entre outros. E mais, 10% questionam a educação; 10%, a saúde; 7%, a moradia; e 4%, o acesso ao espaço público (Gráfico 01). As questões reclamadas nas manifestações na Praça Sete são básicas para que o cidadão exerça o seu direito à cidade.

---

<sup>1</sup> A PEC 241/2016 foi uma Proposta de Emenda Constitucional que previa um Novo Regime Fiscal no Brasil. O objetivo da proposta era diminuir os gastos do governo e equilibrar o orçamento da União em até 20 anos. A proposta, aprovada em dezembro de 2016, ficou conhecida como *PEC do teto dos gastos*.

Gráfico 1 – Objeto dos conflitos urbanos expresso pelas manifestações coletivas na Praça Sete registrados no período de abril de 2006 a dezembro de 2019



Fonte: OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE, 2020.

A maioria das manifestações na Praça Sete tem caráter contestatório, questionando medidas do Estado, como intervenções e aprovações de emendas/legislações e gastos públicos, que afetam os direitos sociais e civis no espaço urbano. No dia 17 de junho de 2014, os manifestantes debateram os gastos com a Copa do Mundo no Brasil e reivindicaram o direito à cidade, por meio de passeata com concentração na Praça Sete em direção ao Estádio Mineirão, passando pela Avenida Antônio Carlos (MANIFESTANTES..., 2014). De acordo com a reportagem (2014), as lutas são pelos direitos humanos e dignidade da população em situação de rua, pela garantia do direito à cidade e à moradia adequada, ao transporte gratuito e de qualidade, e contra os gastos abusivos da Copa (Figura 10).

Figura 10 – Manifestação na Praça Sete contra os gastos da Copa do Mundo (2014)



Fonte: MANIFESTANTES..., 2014.

O movimento, marcado pelas redes sociais, começou na Praça Sete e ocupou os quarteirões fechados e o cruzamento das avenidas Afonso Pena e Amazonas. O local é um dos pontos mais importantes e centrais da capital mineira (MANIFESTANTES..., 2014).

Em novembro de 2016, manifestantes protestaram contra a PEC 241, saindo da Praça Sete em direção à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Em fevereiro de 2018, grupos debateram a Reforma da Previdência. A PEC 241 e a Reforma da Previdência, apesar de se tratarem de medidas políticas, afetam os direitos sociais, como o trabalho, a saúde e a educação, portanto impactam diretamente a sociedade e o espaço urbano. Ao contestar essas medidas, os manifestantes lutam contra a desigualdade socioespacial, que pode ser acentuada pela aprovação das mesmas.

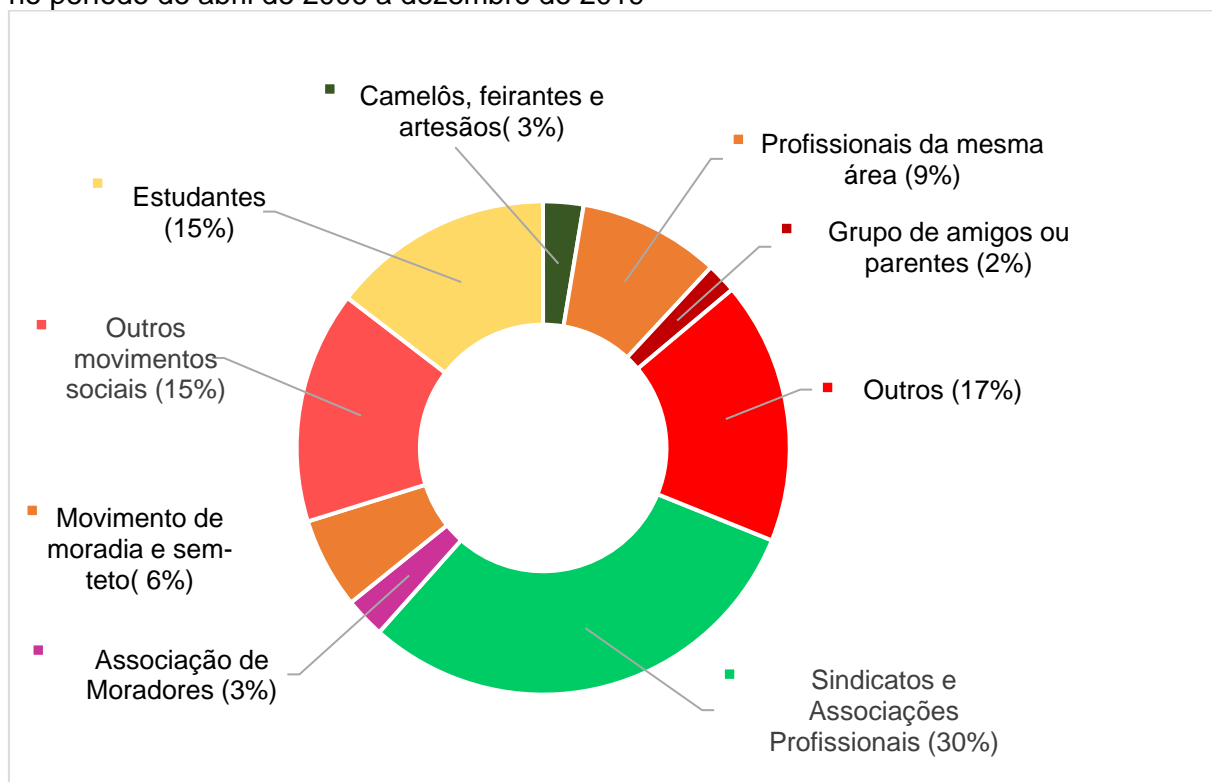
As manifestações que têm como objeto o trânsito, geralmente, estão relacionadas à contestação do aumento dos valores das passagens do transporte coletivo. Quando a segurança é reclamada, tratam-se de protestos sobre a violência e os crimes que ocorrem, sobretudo, com os grupos excluídos.

As lutas urbanas na Praça Sete, em geral, tem fundo progressista e questionam a ordem. O repertório de confronto predominante é a ruptura, pois são ações em movimento que rompem com a cotidianidade, principalmente, pelos trabalhadores, pelos movimentos sociais e pelas minorias (geralmente excluídos pelo Estado). 30% do coletivo mobilizado das manifestações correspondem aos Sindicatos e Associações profissionais e 9% a profissionais da mesma área, o que reforça o caráter histórico da Praça Sete como espaço de luta dos trabalhadores.

Do coletivo mobilizado, 17% dos manifestantes referem-se a “outros”, que inclui grupos específicos (usuários de transporte público, ciclistas, skatistas, mulheres, comunidade LGBT, idosos, entre outros) e/ou mais de um grupo, que reivindicam, geralmente, questões pontuais relacionadas à segurança (violência de gênero ou crimes, como a homofobia) ou ao transporte (redução do valor da tarifa, implantação de ciclovias, entre outros). 15% referem-se a estudantes, que reivindicam melhorias da educação e as tarifas das passagens do transporte coletivo e 21%, aos movimentos sociais (sendo 6%, ao movimento de moradia e 15%, a outros movimentos sociais, como o Passe Livre) (Gráfico 02).



Gráfico 2 – Coletivo mobilizado das manifestações coletivas na Praça Sete registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019



Fonte: OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE, 2020.

Das manifestações que ocorrem na Praça Sete, 38% do coletivo mobilizado correspondem aos excluídos (“outros”: minorias e movimentos sociais), comprovando que, apesar de a tentativa do Estado em isolar e segregar esse grupo, o mesmo se manifesta e contesta o próprio Estado. A Praça Sete, segundo Magalhães (2008), é o lugar em que a voz repercute. A voz predominante é a dos excluídos. A segregação socioespacial, ao invés de calar o grupo, proporciona o seu encontro e, conseqüentemente, a voz repercute.

A manifestação anual do “Grito dos Excluídos”, grupo formado por diversos movimentos sociais que representa as minorias, ocorre tradicionalmente no dia 7 de setembro. No ano de 2009, cada grupo apontou a própria causa: segurança, educação, os desabrigados pelas chuvas, igualdade entre homens e mulheres. Já em 2015, o grupo, mais coeso, foi às ruas com o tema “Que país é este que mata gente, que a mídia mente e nos sufoca?” (“GRITO DOS EXCLUÍDOS’..., 2015). Em 2017, a voz dos excluídos lutou contra as reformas propostas pelo Governo Federal, como as mudanças na legislação trabalhista e no sistema previdenciário.

As mulheres reivindicaram questões relacionadas à violência de gênero (novembro de 2009, junho de 2016 e dezembro de 2019) e contra a negativa de atendimento prioritário (junho de 2017), quando cerca de 20 mães levaram seus bebês à porta do UAI Praça Sete em apoio a uma lactante que não teria tido o atendimento preferencial (MULHERES..., 2017). A alteridade entre as mulheres é percebida.

Além das mulheres, a Praça Sete foi palco de protestos dos hippies contra a repressão policial na Praça (julho de 2012) e dos idosos, que contestavam a

disparidade no reajuste da aposentadoria e solicitavam que os benefícios não fossem desvinculados dos salários (janeiro de 2016).

A repressão policial é um dos meios de tentar calar a voz dos excluídos, assim como a mídia, que geralmente relaciona as manifestações ocorridas na Praça Sete com atos de violência. Em janeiro de 2015, o ato contra o aumento das passagens de ônibus foi descrito pela reportagem “Manifestação do Tarifa Zero termina com quatro detidos: Suspeitos pintaram bancas de jornal e uma estação do Move da avenida Paraná; ato é contra o aumento das passagens de ônibus na capital” (MANIFESTAÇÃO..., 2015):

Durante a passeata, quatro jovens foram detidos por crimes contra o patrimônio e também contra o meio ambiente. De acordo com a PM, os suspeitos pintaram duas bancas de jornal e a estação do Move da avenida Paraná. Com eles foram apreendidas duas latas de tinta, chave de fenda, pincel e um megafone, com o qual gritavam palavras de baixo calão (MANIFESTAÇÃO..., 2015).

Apesar de a manchete enfatizar a detenção dos suspeitos, logo os atos violentos durante a manifestação, que foram contidos pela Polícia, na mesma reportagem, o jornal escreve que:

uma integrante da Assembleia Nacional dos Estudantes Livres (Anel) disse que a polícia viu o momento exato em que o grupo pintava as bancas de jornal e não fez nada. "Quando a gente voltou para a praça Sete é que a PM prendeu eles. A gente estava fazendo uma reunião, já no final do ato, pra avaliar, quando eles foram cercados. Não era pichação, eles pintaram com tinta guache, que sai com a primeira chuva", contou (MANIFESTAÇÃO..., 2015).

A entrevistada aponta que não houve pichação, mas a manchete enfatiza a detenção dos suspeitos, o que pode gerar medo e insegurança sobre as manifestações aos leitores da mídia.

Ao mesmo tempo, quando há protestos contra a repressão do Estado, a mídia apenas supõe que a coibição ocorreu. Exemplo disso foi a manifestação dos ambulantes contra a ação violenta dos fiscais da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte em abril de 2019, descrita pela matéria “Ambulantes e camelôs protestam contra '**ação violenta**' de fiscais da PBH: Eles denunciam **suposta** ação violenta da Guarda Municipal e se dizem abandonados nos shoppings populares da cidade” (AMBULANTES..., 2019, grifo nosso). A repressão da Guarda Municipal é noticiada:

De acordo com o presidente da Associação de Amparo aos Vendedores Ambulantes, Adjailson Severo, os relatos de camelôs agredidos durante as fiscalizações no centro de Belo Horizonte têm crescido no último mês. (...) "Está desumano o que a Guarda Municipal está fazendo. A situação não pode ficar desse jeito. É uma falta de respeito, nós somos trabalhadores, não somos bandidos. Já chegam espancando. Muitas vezes levam as mercadorias e nem explicação dão. Pegam coisas das nossas bolsas", disse (AMBULANTES..., 2019).

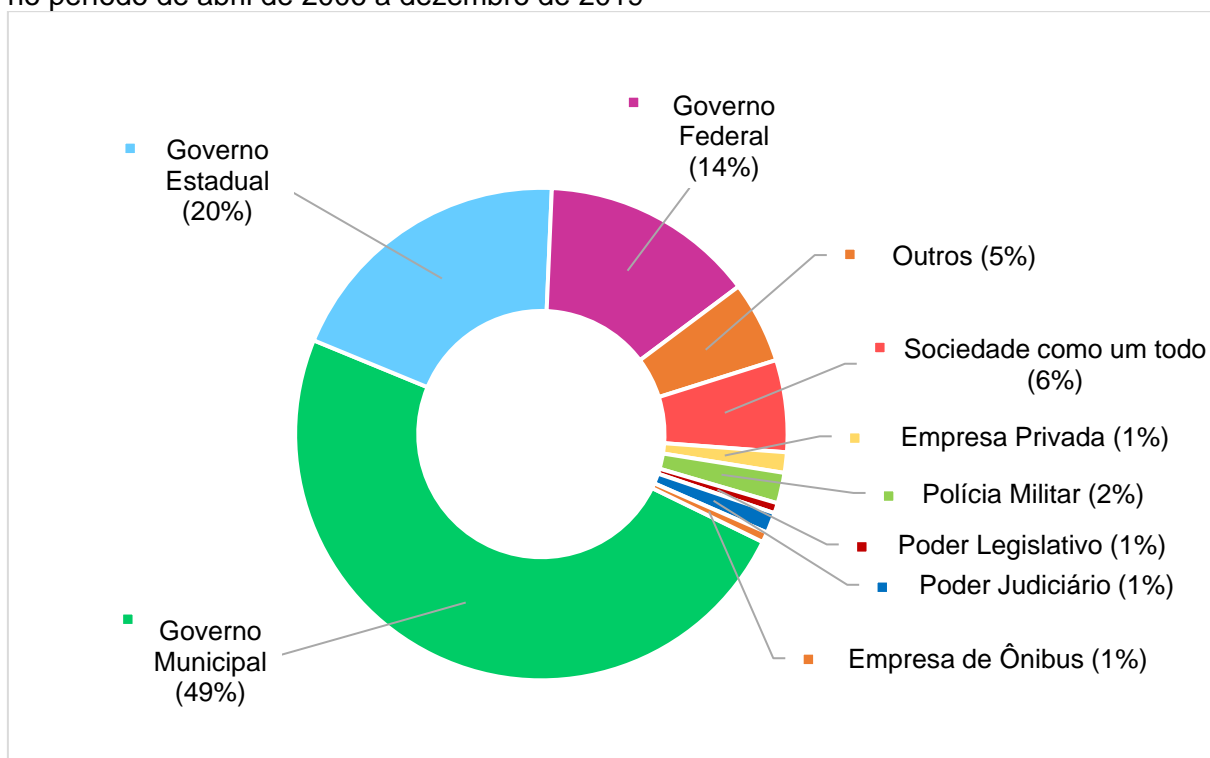
Por outro lado, a mídia expõe a versão do órgão público:

Procurada, a Guarda Municipal de Belo Horizonte informou que todas as ações de abordagem são realizadas de forma técnica e com base no respeito ao cidadão. Segundo a corporação, em situações de apreensão de mercadorias irregulares, especificamente, a forma de atuação consiste na lavratura do auto de infração e na identificação dos produtos para encaminhamento ao depósito do município (AMBULANTES..., 2019).

A reportagem ainda esclarece a legislação municipal: “Por meio de nota, a Secretaria de Política Urbana destacou que, enquanto houver o descumprimento do Código de Posturas, que proíbe a atividade de camelôs em locais públicos, o município irá promover ações fiscais com apreensão de mercadorias e aplicação de multa no valor de R\$ 2.034,11” (AMBULANTES..., 2019). A mídia e a legislação visam reprimir os atos e negar a voz do manifestante, assim como no século XX. Enquanto a violência do poder público, geralmente, é relativizada, a dos manifestantes é destacada pela mídia.

O Governo Municipal corresponde a 49% da Instituição reclamada pelas manifestações na Praça Sete; 20%, ao Governo Estadual; 14%, ao Governo Federal; e 6%, à sociedade como um todo (Gráfico 03).

Gráfico 3- Instituição reclamada nas manifestações coletivas na Praça Sete registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019



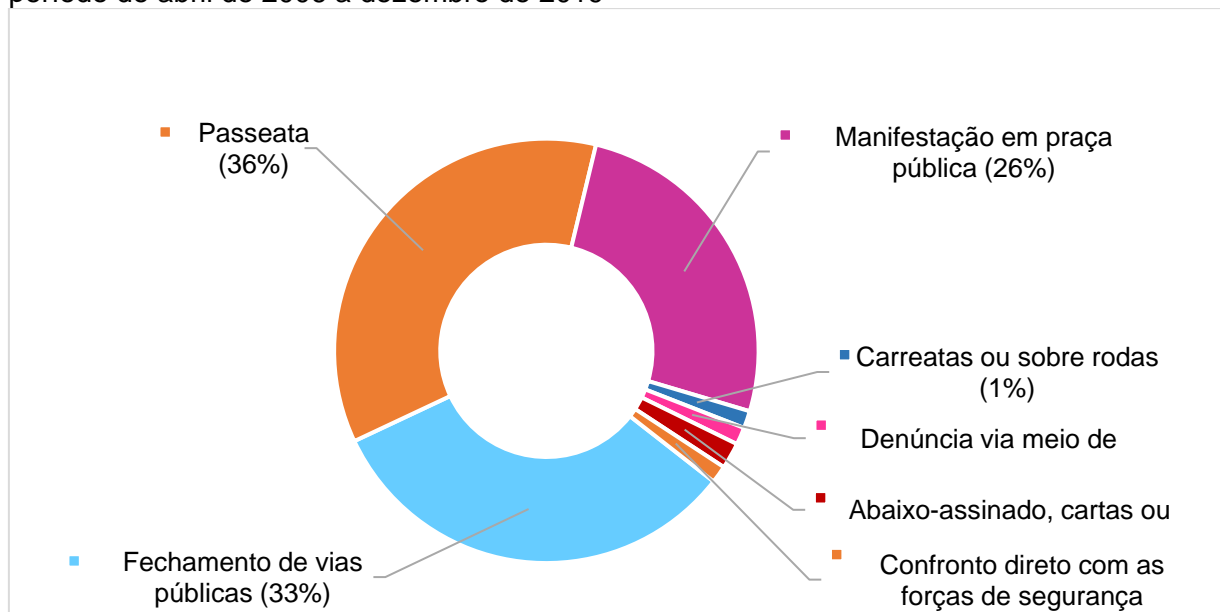
Fonte: OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE, 2020.

As reivindicações ao Governo Municipal contestam medidas do poder público, como a retirada dos camelôs do Centro (julho de 2017) e questões salariais, exemplificadas pelo protesto dos educadores da rede infantil por equiparação da carreira à de professor da rede municipal (abril de 2012).

As ações coletivas que acontecem especificamente na Praça Sete totalizam 26% da forma de luta como “manifestação em praça pública”; 36% dos atos são passeatas, geralmente tendo a Praça Sete como o lugar de

concentração ou de chegada; e 33% são fechamento de vias públicas, implicando no trânsito da região central de Belo Horizonte (Gráfico 04).

Gráfico 4- Forma de luta das manifestações coletivas na Praça Sete registradas no período de abril de 2006 a dezembro de 2019



Fonte: OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE, 2020.

As passeatas e o fechamento das vias públicas totalizam 69% da forma de luta, que implicam o fechamento ou o desvio do trânsito da região, portanto correspondem à ruptura como repertório de confronto, pois atrapalham a rotina e o cotidiano, principalmente dos usuários de transporte coletivo e dos motoristas.

Em maio e em junho de 2019, estudantes e professores protestaram contra os cortes na educação pelo Governo Federal, defendendo o ensino público. O grupo concentrou-se na Praça Afonso Arinos, seguiu em passeata (Figura 11) para a Praça Sete, fechando a Avenida Afonso Pena nos dois sentidos e chegando à Praça da Estação.

Figura 11 – Passeata em direção à Praça Sete contra os cortes da educação (2019)



Fonte: Arquivo pessoal, 2019; MILHARES..., 2019.



A Praça Sete é o ponto nodal de Belo Horizonte, portanto o fechamento das vias do seu cruzamento, como a Avenida Afonso Pena e a Avenida Amazonas, compromete o trânsito de toda a cidade. Isto é destacado pela mídia, através de manchetes:

“Protesto de estudantes complica o trânsito no Centro de Belo Horizonte” (julho de 2012) (PROTESTO..., 2012)

“Manifestação dos taxistas interrompe o trânsito na praça Sete” (novembro de 2013) (MANIFESTAÇÃO..., 2013)

“Manifestação de servidores da prefeitura complica o trânsito no Centro de BH” (março de 2014) (MANIFESTAÇÃO..., 2014)

Em algumas manchetes o objeto e o coletivo mobilizado das manifestações não são citados, destaca-se apenas a questão da interferência no trânsito: “Trânsito é bloqueado na Praça Sete, em BH, por causa de protesto” (TRÂNSITO..., 2013) e “Protesto no Centro complica trânsito na volta para casa em BH” (PROTESTO..., 2019), evidenciando os manifestantes interrompendo o fluxo de carros (Figura 12).

Figura 12 – Protesto pela educação na Praça Sete (2019)



Fonte: PROTESTO..., 2019.

Cabe destacar que a escolha da Praça Sete e do fechamento das vias para a realização das manifestações coletivas ocorre justamente por interferir e “complicar” o trânsito, ganhando, assim, maior visibilidade.

A manifestação em praça pública, a passeata e o fechamento de vias públicas somam 95% das formas de luta, revelando que a Praça Sete é o espaço do aparecimento do corpo, do grito e da voz dos excluídos, da ação política.

Ao expor seus corpos no espaço público, os excluídos mostram-se “reais” e questionam a legitimidade do Estado. Em julho de 2016, um grupo de artistas tornaram-se “cadáveres” e deitaram no chão da Praça Sete (Figura 13), visando mostrar que “as mortes causadas pela LGBTfobia não são apenas números” (CONTRA..., 2016).

Figura 13 – Performance contra a homofobia na Praça Sete (2016)



Fonte: CONTRA..., 2016

Os corpos expostos como “cadáveres” chamaram a atenção dos pedestres, mas também tiveram reações contrárias à performance:

Durante a ação eu distribuo panfletos e acabo percebendo a reação das pessoas. Em São Paulo, escutamos alguns xingamentos. Mas hoje ficou evidente que BH precisa trabalhar mais essa questão do preconceito. As pessoas daqui mostraram um certo repúdio, uma reação conservadora, mais dura, declarou o ator e performer Kako Arancibia (CONTRA..., 2016).

O aparecimento do corpo expõe a causa e é o próprio ato de protesto. Na mesma lógica, em maio de 2012, catadores de materiais recicláveis distribuíram rosas na Praça Sete (Figura 14), buscando sensibilizar a população para a importância da coleta seletiva solidária: “Durante trinta minutos, mil rosas foram distribuídas aos pedestres como gesto de amor e respeito às pessoas e ao meio ambiente” (CATADORES..., 2012).

Figura 14 – Distribuição de rosas pelos catadores de materiais recicláveis na Praça Sete (2012)



Fonte: CATADORES..., 2012.

Os excluídos são vistos e ouvidos durante as manifestações na Praça Sete. As manifestações na Praça refletem a subversão à ordem do Estado. Mesmo sendo efêmera, a ação coletiva e política é a forma dos corpos em aliança exercerem o direito a ter direito. A Praça Sete confirma-se como o espaço da luta, da ação política e da esfera pública.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, a Praça Sete mostra-se o espaço da vida urbana, da diversidade social e da subversão à ordem do Estado. Inicialmente foi planejada como um cruzamento viário, logo uma não-praça, mas seus usuários apropriaram-se dela como uma Praça e um espaço de encontro. No contexto da industrialização, a Praça foi planejada para os automóveis, com a retirada do obelisco e a inserção de um monumento-rotatória, mas foi utilizada como passagem pelos pedestres. Logo, a Praça foi concebida para uma apropriação ordenada, os quarteirões no seu entorno foram fechados e foram inseridos neles mobiliários urbanos específicos para uso, como o anfiteatro para manifestações, mas os protestos (de fundo progressista) continuaram sendo próximos ao “pirulito”, fechando as vias e impedindo o trânsito.

As intervenções do Estado na Praça mostram a tentativa de transformar o espaço em algo ordenado, com apropriações previsíveis e possíveis de serem controladas. Mas a população contraria essa ordem, a Praça é o “coração da cidade”, que recebe diversos usuários, principalmente os excluídos.

A Praça Sete é o lugar do aparecimento do corpo dos excluídos, que reivindicam por melhorias e contestam a ordem. Esse grupo geralmente é isolado e negado pelo Estado, visando ao seu controle e contenção, mas, ao contrário do planejado, os excluídos tornam-se uma coletividade coesa, motivada a clamar pelos seus direitos.

As manifestações coletivas na Praça Sete têm caráter predominantemente contestatório e podem ser entendidas como uma forma de subversão à ordem. Os excluídos, ao invés de se calarem e se isolarem, manifestam-se na Praça, expondo a sua realidade e lutando pelo direito à cidade, por uma nova realidade democrática.

Portanto, desde a sua implantação, a Praça Sete de Setembro é o lugar da festa, do contrauso, da subversão à ordem e da luta pelo direito à cidade, confirmando o seu caráter público e político.

## REFERÊNCIAS

AMBULANTES e camelôs protestam contra 'ação violenta' de fiscais da PBH. *O Tempo*. 2019. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/ambulantes-e-camelos-protestam-contra-acao-violenta-de-fiscais-da-pbh-1.2163968>.

Acesso em 05 jan. 2020.

ANDRADE, Luciana Teixeira de. Singularidade e igualdade nos espaços públicos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 2, p. 12-24, 2007.

BELO HORIZONTE. Decreto n. 10, de 24 de junho de 1925. *Dá regulamento para os jardins públicos, as praças ajardinadas e o Parque Municipal*. Belo Horizonte, 1925.

BELO HORIZONTE. *BH Centro: concurso nacional para reestruturação do centro de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 1989

CANUTO, Frederico. *Pasta 00731 - volumes 01 e 02 end. quarteirões fechados da praça Sete de Setembro: apenso ao processo n. - 01.059220.95.10 : sobre a produção de uma nova sensibilidade urbana pela arquitetura.* MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. Belo Horizonte, 2005.

CATADORES de materiais recicláveis distribuem rosas na Praça Sete em BH. *Estado de Minas.* 2012. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/05/15/interna\\_gerais,294406/catadores-de-materiais-reciclaveis-distribuem-rosas-na-praca-sete-em-bh.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/05/15/interna_gerais,294406/catadores-de-materiais-reciclaveis-distribuem-rosas-na-praca-sete-em-bh.shtml). Acesso em: 05 jan. 2020.

CONTRA a homofobia, performance reúne 'cadáveres' na praça Sete. *O Tempo.* 2016. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/contra-a-homofobia-performance-reune-cadaveres-na-praca-sete-1.1339116>. Acesso em: 06 jan. 2020.

FREITAS, Daniel Medeiros de. *Aproximações entre arquitetura e urbanismo nas intervenções realizadas no hipercentro de Belo Horizonte.* 2006. Dissertação (Mestrado). Orientador. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Belo Horizonte, 2006.

'GRITO DOS EXCLUÍDOS' critica política econômica e pede saída de Levy. *O Tempo.* 2015. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/grito-dos-excluidos-critica-politica-economica-e-pede-saida-de-levy-1.1106368>. Acesso em: 07 jan. 2020.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.* São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LE VEN, Michel Marie; NEVES, Magda de Almeida. Trabalho e Sindicato, Cidade e Cidadania (1897-1990). In: NEVES, Magda de Almeida.; DULCI, Otávio Soares. *Belo Horizonte: poder, política e Movimentos sociais.* Belo Horizonte: Ed. Arte, 1996.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade.* 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LE MOS, Celina Borges. *Determinações do espaço urbano: a evolução econômica urbanística e simbólica no centro de Belo Horizonte.* ALBANO, Maria Celina Pinto. Dissertação (Mestrado). Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1988.

LE MOS, Celina Borges. *Antigas e novas centralidades: a experiência da cultura do consumo no centro tradicional de Belo Horizonte.* Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2010

MAGALHÃES, Fabiano Rosa de. *Estratégias de rua: manifestações político-sindicais do Sindicato dos Bancários na Praça Sete de Belo Horizonte.* FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.



MANIFESTAÇÃO do Tarifa Zero termina com quatro detidos. *O Tempo*. 2015. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/manifestacao-do-tarifa-zero-termina-com-quatro-detidos-1.979753> Acesso em: 05 jan. 2020.

MANIFESTANTES fecham Praça Sete, em Belo Horizonte. *G1- portal de notícias da globo*. 2014(a). Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/06/manifestantes-fecham-praca-sete-em-belo-horizonte.html>. Acesso em: 09 jan. 2020.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. A cidade planejada e a metrópole em construção. In: MONTE-MÓR, Roberto Luís (Org.). *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, PBH, 1994. p.11-27.

MULHERES protestam contra negativa de atendimento prioritário. *O Tempo*. 2017. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/mulheres-protestam-contra-negativa-de-atendimento-prioritario-1.1487538>. Acesso em: 06 jan. 2020.

NASCIMENTO, Alexandra. Apropriações e percepções dos espaços: práticas culturais na Praça Sete no hipercentro de Belo Horizonte. *Anais[...] XII ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL*. Belo Horizonte, 2017.

OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE. *Projeto de pesquisa*. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Belo Horizonte, 2013.

OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS DE BELO HORIZONTE. *Conflitos urbanos registrados no período de abril de 2006 a dezembro de 2019*. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Belo Horizonte, 2020

PROTESTO no Centro complica trânsito na volta para casa em BH. *Estado de Minas*. 2019. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/10/03/interna\\_gerais,1090126/p/rotesto-no-centro-complica-transito-na-volta-para-casa-em-bh.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/10/03/interna_gerais,1090126/p/rotesto-no-centro-complica-transito-na-volta-para-casa-em-bh.shtml). Acesso em: 08 jan. 2020.

SANTOS, Ângelo Oswaldo de Araújo. *Praça Sete: o coração da cidade*. Belo Horizonte: Conceito, 2006.

TRÂNSITO é bloqueado na Praça Sete, em BH, por causa de protesto. *G1- portal de notícias da globo*. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/07/transito-e-bloqueado-na-praca-sete-em-bh-por-caoa-de-protesto.html>. Acesso em: 08 jan. 2020.